Acervo ISA

FSP 21/12/97 1-10-1-11 221

ECOLOGIA *Assentamentos criados por FHC estão provocando o desaparecimento de 2,27 milhões de hectares de floresta*

Reforma agrária desmata a Amazônia

BERNARDINO FURTADO
enviado especial a Peixoto de Azevedo

Alvo privilegiado do movimento ambientalista internacional, a floresta amazônica brasileira está sendo duramente atacada por um dos mais vultosos programas sociais do governo Fernando Henrique Cardoso: a reforma agrária.

Dados do próprio Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) mostram que 76,15% da área dos assentamentos agrários do governo FHC foram implantados na Amazônia Legal, abrigando 64,34% das famílias beneficiadas pelo programa.

Segundo estimativas do deputado Gilney Viana (PT-MT), relator da comissão especial criada pela Câmara dos Deputados para estudar o desmatamento da Amazônia, os assentamentos criados de 1995 a 1997 na região, que ocupam 5,55 milhões de hectares, estão provocando o desaparecimento de 2,27 milhões de hectares de floresta, área equivalente à do Estado de Sergipe. Ele se baseia no índice de 50% de desmatamento que a legislação brasileira autoriza para projetos agrícolas na Amazônia.

"O governo FHC repete, no aspecto ambiental, a mesma política dos governos militares de ocupação da Amazônia. A diferença é que, em vez de investir em grandes projetos agropecuários privados, agora a ocupação se dá pela implantação de assentamentos para agricultura familiar", diz Viana.

Viana argumenta que a área desmatada pode ser muito maior, uma vez que praticamente não há monitoramento ambiental dos assentamentos pelo Incra. O deputado usa outra estimativa para destacar a gravidade do problema.

Estrago

Considerando o índice acumulado de desmatamento na Amazônia, da ordem de 10% da floresta existente em 1964, o que soma perto de 40 milhões de hectares, a reforma agrária contribuiu, numa hipótese conservadora, com perto de 30% desse estrago, uma vez que 25,54 milhões de hectares da região foram destinados à reforma agrária no período 64-97. Novamente Viana considera o índice de 50% de desmatamento autorizado por lei.

O ritmo da reforma agrária no governo FHC dá motivo para a preocupação com os efeitos do programa sobre o desmatamento da Amazônia: 1,85 milhão de hectares por ano de assentamentos na região. Essa taxa é quase 200% maior do a registrada nos governos militares, que levaram 20 anos para transformar em assentamentos 13,69 milhões de hectares da Amazônia, o que dá uma média de 684,5 mil hectares por ano. No período 1985-1994, que compreende os governos José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, o índice também foi muito menor: 629,32 mil hectares por ano.

A estatística não considera cerca de 940 mil hectares de terras da Amazônia que o governo FHC desapropriou para fins de reforma agrária até 12 de novembro de 97. Isso porque as portarias de criação dos projetos de assentamento nessas áreas ainda não tinham sido publicadas naquela data.

O atraso na divulgação dos mapas de satélite que registram a evolução do desmatamento na Amazônia —os mapas referentes a 1997 e parte dos de 96 não estão disponíveis— dificulta uma avaliação mais precisa da situação nos assentamentos criados no governo Fernando Henrique Cardoso.

A **Folha** obteve mapas de junho de 1993 e julho de 1995 da área onde está implantado o assentamento Eldorado 1, no município de Tapurá, a cerca de 500 quilômetros ao norte de Cuiabá (MT), que é um bom exemplo de como o loteamento para reforma agrária pode provocar o desmatamento acelerado. As imagens mostram que num intervalo de menos de dois anos (o assentamento foi criado em agosto de 1993), os 34,04 mil hectares de floresta fechada praticamente desapareceram.

A concentração da reforma agrária na Amazônia tem uma lógica possível para o governo FHC. As terras são em tese mais baratas que em outras regiões e a predominância de grandes propriedades torna o processo de desapropriação um trabalho no atacado.

Um exemplo disso é o norte do Mato Grosso. A desapropriação de sete fazendas no município de São Félix do Araguaia rendeu 211.792 hectares. Em Confresa, seis propriedades, 161.246 hectares. Em Peixoto de Azevedo, três fazendas, 142.407 hectares. Em Tapurá, quatro fazendas, 128.732 hectares. Em Ribeirão Cascalheira, três fazendas, 146.363 hectares.

Somadas, essas 23 propriedades se transformaram em 599,92 mil hectares de assentamentos, área correspondente a 60% da do Pontal do Paranapanema, um dos maiores focos de conflito no país.

Pontal do Paranapanema

No Pontal, onde os agricultores liderados por José Rainha Júnior, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), pressionam pela reforma agrária há quase duas décadas com invasões de fazendas e grandes acampamentos, as propriedades têm em média 2.000 hectares cada uma.

A ausência de movimentos organizados —mais exigentes na hora de reivindicar infra-estrutura e créditos para os assentamentos— é outra característica da reforma agrária na Amazônia.

Assentamentos visitados pela **Folha** no sudoeste do Maranhão e no norte do Mato Grosso revelam um ritmo mais lento na concessão de créditos básicos do Procera (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), como habitação, custeio do plantio e de pecuária leiteira familiar. Obras simples como abertura de curvas de nível contra a erosão não tinham sido feitas em assentamentos com mais de dois anos de criação.

Nos assentamentos São José/União, Cachimbo e Padovani, que a **Folha** visitou, muitos agricultores disseram não saber que o projeto era do Incra e atribuíram a distribuição dos lotes à prefeitura local. É o caso do paulista Antônio Moscardo, 45, assentado no lote 45 do Travessão 2. "Foi o Leonísio Lemos que distribuiu essa gleba para nós", disse.

Lemos, prefeito de Peixoto de Azevedo de 93 a 96, tentou batizar com seu nome os dois assentamentos. Ainda há assentados que chamam o local de Leonislândia.

O nome, difícil de pronunciar, não pegou. Alguns chegam a chamar o assentamento de Disneylândia, mas Cachimbo e União vão, aos poucos, prevalecendo.

Adriana Zehbrauskas/Folha Imagem

Área que sofreu queimada no assentamento de Cachimbo, nas margens da rodovia BR-080, que liga Matupá à Reserva Indígena do Xingu

Fotos reprodução

1993 Fotos do Landsat TM-5 mostram, à esq., a Amazônia antes do assentamento em junho de 93...

1995 ...e, à direita, depois da distribuição de terras que formou o Eldorado 1 em julho de 1995

Acervo ISA

FSP 21/12/97 1-11 cont. 221

ECOLOGIA *Área próxima a reserva indígena sofre com desmatamento e queimadas feitas por assentados na região*

Assentamentos têm até garimpo no MT

Fotos Adriana Zehbrauskas/Folha Imagem

Teresa de Paiva Vieira, 9, filha de agricultores assentados, junto a toras de aroeira extraídas na fazenda Cachimbo, um dos lugares que sofrem desmatamento no norte do MT

do enviado especial

Garimpo, madeireira, queimadas, desmatamento nas margens de riachos. Esse é o retrato atual dos assentamentos Cachimbo, São José-União e Padovani, uma faixa quase contínua de 142 mil hectares cobertos de floresta amazônica até 1996 e situada a cerca de 150 quilômetros da Reserva Indígena do Xingu, no norte do Mato Grosso. Essas áreas foram desapropriadas em 96 e 97 pelo Incra.

O assentado de Cachimbo (uma área de 52,5 mil hectares) Antônio Flávio da Silva Pereira, 22, explica como a queimada para fazer roça costuma ficar incontrolável. "Pusemos o fogo no meu lote, mas as labaredas ficaram muito fortes, e não conseguimos apagar. O fogo acabou atingindo dois lotes vizinhos e só parou porque choveu."

No fim da tarde do último dia 11, a **Folha** flagrou um caminhão carregado de toras de madeira trafegando pelo travessão 1 do assentamento Cachimbo. Os travessões —nove em Cachimbo— são estradas construídas com recursos do Incra atravessando a fazenda a partir da rodovia BR-080. Depois de dois dias de procura, a **Folha** localizou o local onde estava sendo feito o corte da madeira. Centenas de toras estavam espalhadas por uma sucessão de trilhas e clareiras. No chão enlameado, marcas de esteira de trator e troncos arrastados. Numa clareira, uma barraca de lona vazia e uma grade de trator encostada numa árvore.

Pereira explicou a relação dos assentados com a madeireira: venda simples das árvores e troca de madeira bruta por tábuas serradas para construir os barracos. "É uma exploração. Eles pagam R$ 4 por metro cúbico de madeira bruta e R$ 40 por um caminhão cheio de toras. Na cidade, um metro cúbico é vendido dez vezes mais caro."

Segundo Pereira, como ainda não receberam o crédito de habitação do Incra, os assentados aceitam trocar 20 metros cúbicos de madeira bruta por 1,5 metro cúbico de tábuas prontas. "Eles trazem a madeira serrada da cidade e também telhas que vendem pelo preço normal da praça."

Pereira disse que os madeireiros alegam que o preço baixo pago pela madeira se deve ao alto custo do transporte no trecho quase intransitável de 70 quilômetros da BR-080 até Matupá, a cidade mais próxima do assentamento.

Pedro Ferreira, 51, assentado no travessão 2 de Cachimbo, não abriu roça no lote, que, segundo ele, tem metade dos 52 hectares tomados por pedras. Ele semeou apenas sementes de abóbora e melancia ao redor do barraco. Na parte do lote apropriada para a agricultura, Ferreira abriu há três meses um garimpo. No último domingo, dia 14, dois homens trabalhavam freneticamente para alargar, a jatos de água, uma cratera aberta com o desvio de um riacho.

Dois conjuntos com motor e calha de separação do ouro e dezenas de metros de mangueiras estavam armazenados na beira da estrada, revelando os planos de Ferreira de aumentar a produção do garimpo. Ressabiado, Ferreira disse que o garimpo era para funcionar só até o fim do mês, por "ordem da prefeitura".

Evitando falar mais sobre o garimpo, Ferreira passou a reclamar da falta de assistência oficial aos assentados. Segundo ele, a mulher ficou doente no fim de outubro, teve que ir andando a pé até as margens da BR-080 e esperar duas horas por uma carona para Matupá. "A estrada, bem-feita ou malfeita, está aí, mas cadê o carro da assistência?"

A exploração predatória dos recursos naturais é vista pelos assentados como uma prática inevitável. Francisco do Vales Martins, 34, diz que parou de tirar madeira no seu lote por causa da entrada da estação chuvosa. "Tem muita madeira boa —mogno, amesca, cedro—, mas não vai para dar para tirar agora. Até trator de esteira corre o risco de ficar atolado."

O barraco de Antônio Moscardo, do assentamento São José-União, está cercado por uma área de floresta queimada equivalente a 30 campos de futebol. Ele lamenta não ter ainda conseguido destruir toda a mata que existia no lote.

"Eu gosto de roça limpa, mas não tive tempo nem dinheiro para limpar direito o lote."

(BERNARDINO FURTADO)

'Isso é puro chute', diz Jungmann

do enviado especial

O ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, disse à **Folha** que as estimativas de desmatamento da floresta amazônica feitas pelo deputado Gilney Viana (PT-MT) não passam de "terrorismo ambiental". Segundo ele, não há elementos que permitam estimar que 30% do desmatamento histórico da Amazônia esteja relacionado com a reforma agrária.

"Isso é puro chute. Todo mundo sabe que as grandes fontes de desmatamento da Amazônia são as grandes fazendas de gado, as madeireiras e o garimpo. Eu fui presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), e esse chute não me mete receio."

Jungmann foi presidente do Ibama até abril de 96, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso convidou-o para assumir Ministério da Política Fundiária, que havia acabado de criar no auge da crise provocada pela morte de 19 trabalhadores rurais sem terra em Eldorado de Carajás (PA).

Segundo Jungmann, eventuais agressões ao meio ambiente nos assentamentos não eram problema do Ministério da Política Fundiária e do Incra, mas sim do Ibama e dos órgãos estaduais de meio ambiente. "Quem cuida do meio ambiente não é o Incra."

O ministro afirmou que, quando um agricultor é assentado, ele assina um contrato em que se obriga a cumprir uma série de obrigações, entre as quais os dispositivos do Código Florestal Brasileiro. "Aquele que desmata indiscriminadamente tem que ser punido, inclusive com a exclusão do programa de reforma agrária."

Informado pela **Folha** da existência de um garimpo e das relações de assentados com madeireiros no assentamento Cachimbo, Jungmann reconheceu que o Incra carece ainda de uma estrutura para acompanhar adequadamente os projetos. "Não há dúvida de que temos ainda dificuldades de qualidade e de monitoramento dos projetos", afirmou.

Jungmann, no entanto, recusa a crítica à política de assentamentos na Amazônia. Segundo ele, o Incra já abandonou a política de desapropriar grandes áreas para assentar um número maior de famílias. O ministro afirmou que o Incra também está criando vários assentamentos com modelo extrativista na Amazônia, especialmente no sul do Pará, concebidos de forma a preservar ao máximo a floresta.

Segundo o ministro, a **Folha** escolheu "a dedo" assentamentos no norte do Mato Grosso para mostrar agressões ao meio ambiente, dando a entender que o Cachimbo, o São José-União e o Padovani são exceções no programa de reforma agrária do governo FHC. Jungmann afirmou que a política atual de reforma agrária prevê a erradicação de posseiros de áreas economicamente inviáveis e vulneráveis no aspecto ambiental.

O ministro defendeu a descentralização da reforma agrária como forma de evitar assentamentos inadequados. (BF)

Editoria de Arte/Folha Imagem

A reforma agrária na Amazônia em três períodos

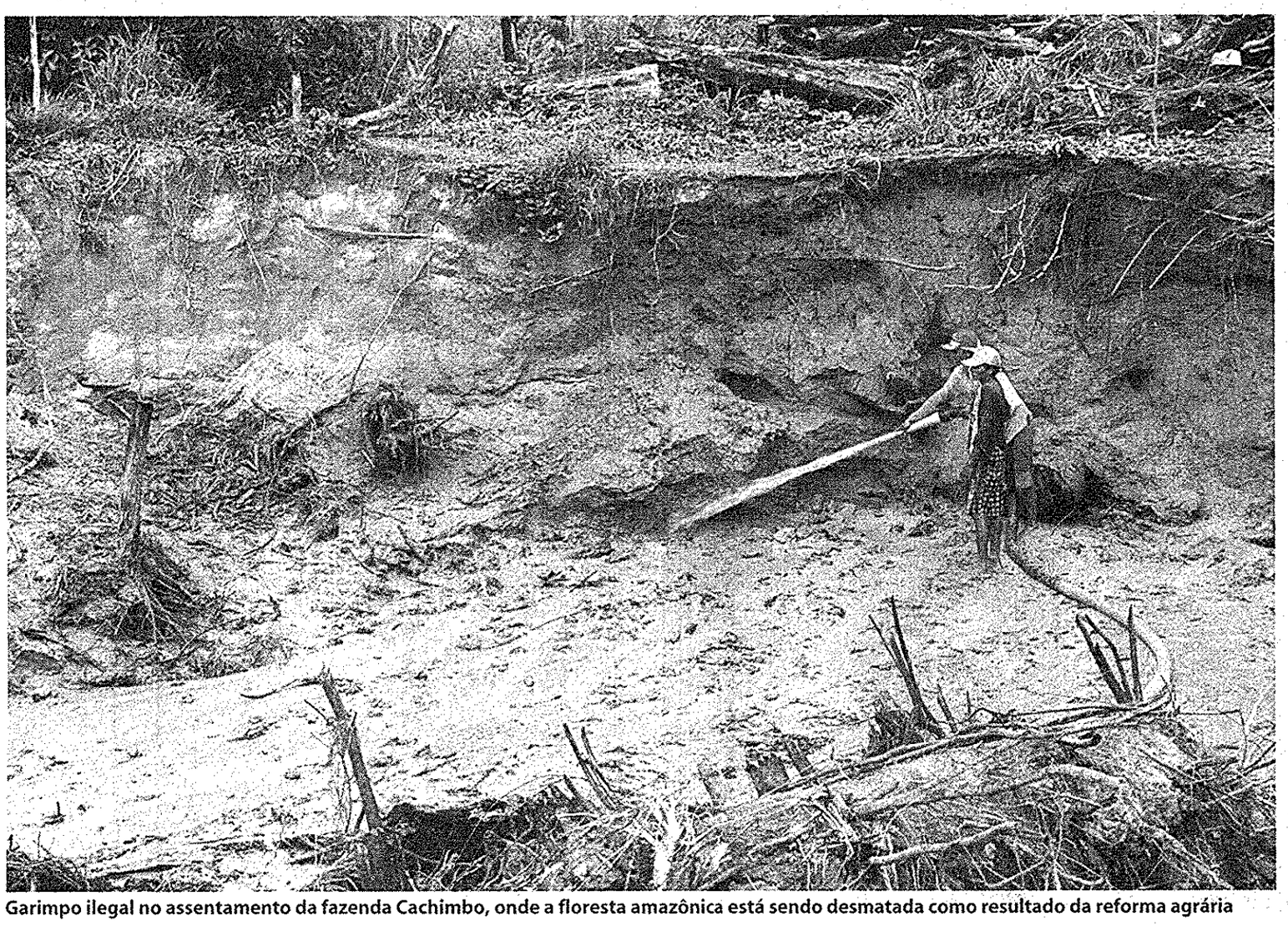
Área ocupada por assentamentos na região, em ha

Período	Amazônia Legal	Brasil	Parcela
Até 84	13.694.965	13.851.395	98,87%
85 a 94	6.293.289	7.831.511	80,34%
95 a 97	5.554.461	7.294.149	76,15%
Total	**25.542.715**	**28.977.055**	**88,15%**

População assentada

Período	Amazônia Legal	Brasil	Parcela
Até 84	72.065	77.467	93,02%
85 a 94	96.658	136.722	70,7%
95 a 97	103.458	160.806	64,34%
Total	**272.181**	**374.995**	**72,58%**

Fonte: DPM - Incra até 12.nov.97
Obs.: o período até 1984 equivale fundamentalmente ao regime militar (64-84) porque a área correspondente ao período anterior a 1964 é insignificante



Garimpo ilegal no assentamento da fazenda Cachimbo, onde a floresta amazônica está sendo desmatada como resultado da reforma agrária